

CLIPPING

Veículo: Agência Brasil **Data:** 10/09/2013 **Pág:** Online

Alertas de desmatamento e degradação da Floresta Amazônica aumentam 35%

Brasília – O número de alertas sobre desmatamento e degradação da Floresta Amazônica aumentou em 35% entre agosto de 2012 e julho de 2013 na comparação com agosto de 2011 a julho de 2012. As imagens de satélites usadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), mostraram que, entre agosto de 2012 e julho deste ano, as áreas possivelmente devastadas chegaram a 2.766 quilômetros quadrados ao passo que, entre agosto de 2011 e julho do ano passado, a devastação ocorreu em 2.051 quilômetros quadrados.

A explicação para o aumento se deve aos meses de agosto de 2012 com 522 quilômetros quadrados de área devastada e a maio deste ano, com 465 quilômetros quadrados devastados, em decorrência da degradação, que ocorre quando há remoção parcial da floresta por uso do fogo ou por corte seletivo de árvores. Os dados do Deter incluem o corte raso, que configura o desmatamento ilegal, e ocorre quando há a retirada completa da floresta nativa em uma área.

“Tivemos um alerta de desmatamento causado pela intensificação do fogo em agosto de 2012”, disse o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), Volney Zanardi Júnior. Segundo ele, o acréscimo em maio é justificado pelo fato de as nuvens terem se dissipado e, com isso, os satélites do Inpe puderam detectar a degradação dos meses anteriores.

O coordenador-geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, Jair Schmitt, informou que o aumento das áreas degradadas decorre das queimadas originadas por causas naturais e intencionais. “É um típico comportamento de reação à fiscalização. Ante a situação atual de monitoramento por satélite que é praticamente diário que se faz do corte raso e o aumento da fiscalização em campo, o infrator não se arrisca mais a fazer o corte raso imediatamente. Ele primeiro começa fazendo uma degradação pelo fogo. Mas o Ibama consegue interferir nesse processo antes que se converta em desmatamento ilegal”, disse.

A maior parte dos alertas identificados entre agosto do ano passado e julho deste ano representava corte raso (59%). A degradação por uso de fogo respondeu por 33% dos alertas na Amazônia Legal e por exploração florestal foi 3% dos alertas nesse período. Em 5% dos casos, as imagens apontaram um falso positivo, ou seja, algum problema técnico na captação das imagens.

Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas são os estados com áreas mais críticas detectadas pelo Deter. Mato Grosso é o campeão em áreas devastadas com 1.184 quilômetros quadrados, um aumento de 25% em relação ao período anterior, em decorrência da pecuária. No Pará, grilagem e pecuária pressionam o desmatamento

ao longo do eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). No Amazonas, a área preocupante, segundo o coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia do Inpe, Dalton Valeriano, é o sul do estado, que explica o aumento de 82% nos alertas de desmatamento e degradação, no eixo da Transamazônica, por pressão da pecuária.

O principal objetivo do Deter, explicou o presidente do Ibama, é identificar as áreas que estão sofrendo degradação florestal para que o governo federal possa ir a campo e evitar que as áreas degradadas sejam convertidas em corte raso e, conseqüentemente, em desmatamento.

“Temos duas grandes ações no momento: a Onda Verde, com ação preventiva, em que o Ibama está em campo junto com outros órgãos do governo federal para coibir a conversão de áreas degradadas em desmatamento e a Hileia Pátria, que tem como foco terras indígenas e unidades de conservação federal para coibir madeiras ilegais”, disse Volney Zanardi.

Ainda entre agosto de 2012 e abril deste ano, o Ibama apreendeu 68 mil metros cúbicos de madeira em toras e 17 mil metros cúbicos de madeira serrada, além de 44 armas de fogo, 86 caminhões, 158 tratores e 291 motosserras. Os agentes ambientais emitiram 4 mil autos de infração, com multas que ultrapassaram R\$ 1,9 bilhão. No mesmo período, mais de 252 mil hectares foram embargados.